



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM
Nº 01 – Ano I – 05/2012
www.ufvjm.edu.br/vozes

O Negro na Educação Brasileira

Samuel de Jesus
Doutorando em Sociologia UNESP- Araraquara/SP
Membro do Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e Amazônia
www.wix.com/nppaobserva/observatoriopacificoamazonia
E-mail: sdjesu@yahoo.com.br

Resumo: A História da Educação Brasileira mostra a exclusão do negro do processo educativo. O espaço escolar ainda hoje é excludente com relação ao negro que são alvos de todo o tipo de preconceito. Esse é um grande desafio a lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Palavras-chave: Educação, negritude, democracia

Introdução

Michel Foucault (1999) considera a escola um dos três instrumentos de controle social do Estado. Na escola a sociedade aprende velhos ou novos hábitos, reafirmam-se velhos ou novos valores. Para Althusser (1998) a escola é um dos aparelhos ideológicos do Estado. Nosso intuito é o de refletir sobre novos parâmetros sociais baseados em valores democráticos tais como a diversidade cultural, as relações étnico-raciais no Brasil. O racismo e a difícil inserção do negro na sociedade brasileira são partes de um processo histórico lento cujo final depende

da luta do povo negro e adesão da sociedade brasileira. Recentemente foram dados passos institucionais importantes nesse sentido. A Lei de Cotas nas Universidades Públicas para alunos Afro-Descendentes e a lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas dificuldades representam desafios ao professor no momento da implantação da lei 10.639/03. Conhecer o processo histórico em que políticas públicas impediam o negro de ter acesso à educação certamente fará com que o professor a uma visão crítica sobre os livros didáticos e concepções que difundem o preconceito no espaço escolar, faremos com mude a maneira de ver e desperte a consciência sobre a educação do negro no Brasil.

O Negro na educação brasileira

Segundo Matilde Ribeiro (2004) o Brasil no aspecto legal teve uma ação permissiva diante da discriminação e do racismo cujos reflexos são sentidos ainda hoje. Diríamos que no tempo histórico a escravidão se encontra em um processo de média ou longa duração. O decreto nº13331 de 17 de fevereiro de 1854 estabelecia que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas do país e a previsão para a instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Ademil Lopes (1995) afirma que na sala de aula não se conta, ainda hoje, a história social do negro e cita Luiza da Cunha “*Os negros, para viver, precisam às vezes tornar-se invisíveis*”.

Monica Schwartz (2001) afirma que o preconceito racial no Brasil, hoje, acontece no nível da intimidade e não no aspecto formal, pois segundo a Constituição Brasileira de 1989, racismo é crime inafiançável como todos sabemos, mas persiste o apelido, seleção por entrevistas, currículos que pedem fotos. Estas são maneiras e instrumentos informais que permitem ação preconceituosa.

No que se refere à educação, Vera Maria Candau (2003) afirma que o cotidiano escolar é um espaço de diferentes relações sociais que refletem a

diversidade cultural da sociedade brasileira. Diferentes maneiras de ver o mundo, estilos, crenças, costumes, cores, etnias estão presentes no cotidiano escolar, pois a escola é um micro universo social, assim as formas de se relacionar com o outro demonstram práticas sociais e mecanismos sutis de difusão do preconceito e estereótipos. Pesquisas apontam que o ambiente escolar pode tornar-se local de reprodução do preconceito, então é *preciso refletir sobre os mecanismos que podem favorecer a naturalização dos preconceitos*.

Sobre a construção do preconceito racial na sociedade brasileira, é importante pensar como uma sociedade escravocrata se construiu na diferença entre raça e classe e considerou a escravidão uma prática *normal*. Para a pesquisadora, o currículo escolar pode contribuir decisivamente para introduzir no imaginário do aluno estereótipos e preconceitos. Alerta que a educação pode ser unilateral e incompleta se não levar em conta os pressupostos multiculturais. A escola deve estar preparada para trabalhar com as diferenças, assim destaca artigo da Folha de S. Paulo de 15/02/2002 no qual Silva afirma:

A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras, se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditos e outros gestos influem na educação. (CANDAUI pp.29,30).

É necessário estabelecer estratégias para a desagregação de processos legitimadores de relações hierárquicas que se dão pela cor da pele. A dificuldade para isto reside na existência de um senso comum que muitas vezes não reconhece o racismo. *Ninguém se considera agente ativo de atitudes e comportamentos discriminatórios e racistas*. (CANDAUI PP.29,30).

Problematizado ainda mais a questão, Jerry D'ávila (2006) em *Diploma de Brancura* menciona que existe uma flagrante desigualdade racial na educação brasileira mesmo quando classe social é eliminada como fator.

O negro na História.

Segundo Ademil Lopes (1995) as pesquisas sobre a História do negro no Brasil devem considerar a opressão vivida pelos povos africanos no cativo buscando relações com o presente. Na sala de aula poderíamos, por exemplo, utilizar a frase cunhada pelo grupo de rock RAPPA **“Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”** e fazer um paralelo entre passado e presente onde o carro de polícia (camburão) se parece com o navio negreiro, pois o povo negro continua cativo na violência, pobreza e ignorância e repressão policial, neste sentido o camburão representa, assim como representou o navio negreiro, o transporte para o cativo que poderia ser, hoje, o presídio.

Para Lopes (1995) é preciso afirmar que o processo de libertação dos escravos não se deu por uma mentalidade humanística da elite brasileira, mas da emergência da reestruturação produtiva cujo fim do regime servil de trabalho era pré-condição. Os historiadores de São Carlos nada mencionam sobre o passado escravista da cidade, embora tenha sido um dos principais centros de produção cafeeira no final do século XIX para o XX. Nesse período os negros eram o centro do sistema produtivo do município e foram utilizados em larga escala nas fazendas cafeeiras até a abolição da escravatura, em 1888.

No caso de São Carlos destaca-se a elaboração do código de posturas que visava regulamentar a compra e venda de escravos, seu emprego no conserto das estradas públicas, sobre o toque de recolher e sobre o escravo fugido imputando penas a quem os escondessem, etc. Diante disso é preciso afirmar que omitir é uma forma eficiente de subjugação e controle. Os historiadores de São Carlos afirmam que antes da abolição o trabalho assalariado já estava implantado na cidade e a transição do trabalho escravo para o livre consolidado. (LOPES, 1995)

Segundo Gislene Santos (2006, pp.120) as revoltas dos escravos seja individuais tais como os assassinatos dos senhores por envenenamento ou coletivas como as rebeliões e afrontamentos à polícia deram-se em um contexto no qual uma revolução feita pelos escravos resultaria na perda do controle das elites sobre a estrutura social. A abolição da escravatura passou a funcionar como arrefecedor

desses conflitos, assim a elite garantiu sua manutenção no controle da sociedade, apregoando a passividade do escravo e a impossibilidade de sua revolta. *Este caso permite perceber como o social é apagado pelo político e as lutas sociais descaracterizadas.*

O movimento abolicionista funcionou como um grande estandarte dos cidadãos brancos que pretendiam, de maneira racional e planejada, adequar o negro a um lugar que não gerasse incomodo à ordem emergente. (SANTOS, 2006, PP. 120).

Alberto da Costa e Silva lembra que há bem pouco tempo muitos não ousariam discordar da afirmação de Sir Hugh Trevor - Hoper de que não existia uma História da África subsaariana e que a História, ali, só passou a existir com a chegada do Europeu. Porém, não sabia que, antes disto, a África tinha passado por evoluções, mudanças sociais, invenções e movimentos. O estudo da História da África, de uma perspectiva brasileira, nos ajudará a responder várias perguntas, exemplo, como se *crioulizaram* as duas margens do Atlântico, como estabeleceram certos padrões culturais nas cidades e vilarejos costeiros ligados pelo tráfico. Na habitação, cozinha, vestimentas. Nas festas e em quase todos os modos de vida.

É necessário e urgente que se estude, no Brasil, a África – pregava, incansável, na metade do século XX, mestre Agostinho da Silva. Foi sob seu acicate que se criou o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia, a cuja sombra se moveu uma geração de interessados na África e em sua História, alguns dos quais atravessaram o Oceano e foram estudar e lecionar em Dacar, Ibadan, Ifé, Kinshasa. Cito alguns nomes: Yeda Pessoa de Castro, Júlio Santana Braga, Guilherme Castro, Vivaldo Costa Lima e Paulo Fernando de Moraes Faria. (COSTA E SILVA, 2003, PP.238).

A democracia racial em questão.

A designação democracia racial tem sua origem a partir do livro Casa Grande & Senzala (1933) no qual Gilberto Freyre afirma que havia certa democracia na relação entre senhores e escravos. Na prática o que a História do Brasil demonstra é o controle social relativamente eficaz proporcionado pelo mito da democracia racial (SANTOS, 1994, P.45). A democracia racial é uma ideologia eficiente na qual os três grupos étnicos que compõem originalmente o povo brasileiro vivem em harmonia social ou *tolerância* social. Entendendo que tolerar não

significa aceitar ou reconhecer como iguais os diferentes grupos étnicos. Sobretudo é preciso afirmar que em 1933, ano da publicação do livro *Casa Grande & Senzala*, predominavam no Brasil, as teses científicas de superioridade racial do branco e inferioridade do negro.

O livro *Casa Grande & Senzala*, embora carregue preconceitos, é necessário afirmar, segue na corrente contrária à tese do branqueamento, pois sua obra é talvez a primeira a assumir e ressaltar a fundamental importância do negro para o ser e o sentir-se brasileiro. Embora, sua a origem patriarcal de Gilberto Freyre fale mais alto quando afirma que existiu certa *afetividade* na relação entre senhores e escravos ou até mesmo quando tece sua visão sobre a mulher negra *propensa as relações sexuais por serem as negras mais fogosas que as brancas*.

Segundo Kabengele Munanga (2001) quanto à escravidão no Brasil, destaca-se uma produção discursiva cheia de estereótipos e preconceitos aliada de uma situação de violento equilíbrio onde prevalece a relação dominante/dominado e um discurso monopolista da “razão”, de “virtude” e “verdade”. A dominação colonial na África utilizou como justificativa a *missão colonizadora do ocidente*, ou seja, a missão de civilizar os africanos “selvagens” e convertê-los aos costumes do europeu. Pensava no negro como um branco degenerado, que poderia ser doente ou desvirtuado. Na simbologia das cores da civilização européia a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Missionários decepcionados com o fracasso da conversão afirmavam que o negro refletia a natureza pecaminosa de suas almas resistentes à palavra de deus, assim a escravidão era a única possibilidade de “salvação” desses povos.

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente. (MUNANGA, 2001, PP. 21).

A herança social de um povo é legada às futuras gerações por meio da educação. A escola tradicional, preponderante no Brasil, restou como a única

possibilidade o aprendizado do colonizador, assim a memória que lhe inculcam não é a de seu povo. A história de seus ancestrais africanos é substituída pela História européia dos francos, germanos, anglos e bretões, povos de pele e olhos claros. Aprende a língua do colonizador para fazer parte minimamente da vida social, pois apenas com a sua torna-se um estranho dentro de sua própria terra.

A língua do colonizado não possui dignidade nenhuma no país e nos concertos dos povos. Se o negro quiser obter uma colocação, conquistar um lugar, existir na cidade e no mundo, deve, primeiramente, dominar a estranha, de seus senhores. (MUNANGA, 2001, PP. 24).

Conclusão

Os negros brasileiros foram apartados de sua cultura mãe, de seu universo cultural, religioso, lingüístico. É quase um europeu. Muitos negros brasileiros são desenraizados. A lei 10.639/03 é um passo institucional muito importante. É preciso voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do negro brasileiro e não podemos ensinar somente a História da Europa, mas também a História da África. Os livros didáticos de História apenas descrevem a condição do negro nesse lado do Atlântico. Ao revermos os conceitos, um novo paradigma se estabelece. O aluno através do ensino de História da África saberá que tem raízes em um continente chamado África, um conjunto de resignificações pessoais o levará a uma reconstrução de sua identidade e valorização da diversidade cultural.

Esse é o papel da escola que se baseia em pressupostos democráticos, entendemos que os reflexos da escravidão não foram de todos dissipados. A introdução da disciplina História da África na grade curricular é peça importante nesse processo. A sociedade que queremos é uma sociedade plural onde convivem lado a lado diferentes religiões, orientações sexuais, origens e etnias. Nesse esforço a escola é um espaço privilegiado para discussões, estudos, reflexões e difusão dos princípios da diversidade por meio de atividades extracurriculares, acesso a exposições, reprodução de filmes sobre o tema. Tudo isso pode fazer com que o jovem elimine seu preconceito e adquira o respeito à diversidade.

Abstract: The history of Brazilian education shows black exclusion from the educational process. The school space is still exclusive with respect to black that are targets of all kinds of prejudice. This is a great challenge to law 10.639/03, the National Curriculum Guidelines for the Education of Racial-Ethnic Relations and the Teaching of History, Afro-Brazilian and African.

Keywords: Education, prejudice, democracy

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

APPLE, Michael W. *Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais*. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 16, p. 61-67, jan./abr. 2001.

APPLE, Michael W; BEANE, James A. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, Brasília/DF/junho/2005.

CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo, n. 63 – Raça negra e educação. Número especial organizado por Fúlvia Rosemberg e Regina Pahim Pinto, 1987.

CANDAU, Vera Lúcia. **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. -Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

D'AVILA, JERRY. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**.-São Paulo; Editora UNESP, 2006.

FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de escravidão no Brasil**.-Bragança Paulista: EDUSF,2002.(Coleção Estudos CEDAPH, série Historiografia).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32 ed, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, Petronilha S. **O Jogo das Diferenças: O Multiculturalismo e seus Contextos**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos A. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

FERNANDES, Florestan, **A integração do negro na sociedade de classes**, São Paulo, Ática, 1978.

LIMA, Maria Nazareth Mota de, (org.). **Escola Plural** - A Diversidade Está na Sala de Aula, 118 págs., Série Fazer Valer os Direitos, vol. 3, Ed. Cortez/Ceafro/Unicef.

LOPES, Ademil. **Escola, socialização e cidadania**: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos/SP- São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MACHADO, Nádie Christina Ferreira. **Letramento, gênero, raça e ocupação no Brasil**. Porto Alegre; UFRGS, 2004. 124 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. [manuscrito]. UFRGS/EDU T

MUNANGA, Kabengele. **NEGRITUDE**. Usos e Sentidos. - São Paulo. Editora ÁTICA, 1988. (Série Princípios).

NOGUEIRA, ORACY. **Tanto Preto Quanto Branco**. Estudo das relações raciais.- São Paulo, T.A. Queiroz, 1985.(biblioteca básica de Ciências Sociais; ser.1: Estudos Brasileiros; v.9).

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade**: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livro, 2004.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPPIR. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, DF, Outubro, 2004.

ROMÃO, Jeruse (org.) **Série Pensamento Negro em Educação**. Florianópolis, Núcleo de Estudos Negros, vols. I,II,III,IV,V,VI, 1997/1999.

SANTOS, Gislene A. dos. **A invenção do ser negro**: um percurso de idéias que naturalizam a inferioridade dos negros.-São Paulo: EDUC/FAPESP, Rio de Janeiro; PALLAS, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. -Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Cidinha (org.). **Ações afirmativas em educação**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, Petronilha Beatriz. **A Identidade da Criança Negra e a Educação Escolar**. Porto Alegre, Faced/UFRGS, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Alienígenas na Sala de Aula**. Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis, Vozes, 1995.

SOUZA, Irene Sales de. **Os educadores e as relações inter étnicas: Pais e mestres**- Franca: UNESP-FHDSS, 2001. (Dissertações e Teses).

SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

Texto acadêmico publicado em 10 de maio de 2012, na
Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG –
Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM –
www.ufvjm.edu.br/vozes